

Estudantes têm nível insuficiente de leitura - Diário do Grande ABC



Avaliação Nacional de Alfabetização mostra dificuldade na formação de crianças do Grande ABC

Daniel Macário

Do Diário do Grande ABC

13/11/2017 | 07:00



Share to FacebookShare to TwitterShare to LinkedInShare to PinterestShare to Google+Share to ImprimirShare to Mais...

Quase metade dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental da rede pública do Grande ABC tem níveis de leitura e matemática considerados insuficientes, ou seja, apresentam dificuldades em interpretar textos simples ou até mesmo em fazer contas de soma. É o que aponta resultados da ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização), divulgados no mês passado pelo MEC (Ministério da Educação).

No relatório da prova aplicada no fim do ano passado para 16,2 mil alunos da região, espalhados em 163 instituições de ensino, seis municípios avaliados – com exceção de Rio Grande da Serra – apresentam estagnação na alfabetização de estudantes da rede pública (confira arte abaixo).

A situação mais preocupante encontra-se na rede de ensino de Mauá. A maioria das crianças com idade entre 8 e 9 anos não supera o nível 2 em escala que vai até 4 e mede a proficiência em leitura (58,66% dos casos mauaenses) e Matemática (57,15%).

Segundo os critérios do MEC, significa dizer que esses estudantes são só capazes de ler textos pequenos e, em alguns casos, não conseguem entender sobre o que se trata. No caso da

Matemática, os alunos só solucionariam contas de subtração com números até 20.

O cenário nos demais municípios também não anima. Quando é analisada a proficiência em leitura, mais de um terço dos estudantes de Santo André, São Bernardo e Diadema tem grau defasado. O cenário se repete na avaliação de Matemática, na qual os três municípios registram índice superior a 30% dos alunos nos níveis insuficientes.

“Os indicadores são assustadores. Nesta faixa etária, o ciclo da alfabetização já deveria ter sido encerrado. No entanto, os resultados apontam o contrário. E o pior: a probabilidade de esse aluno chegar ao 5º ano sem compreender um texto grande e demais matérias lecionadas a partir dessa fase é enorme”, avalia a pesquisadora e especialista em Educação da Universidade Presbiteriana Mackenzie Claudia Coelho Hardagh.

Para o professor do curso de Pedagogia da USCS (Universidade Municipal de São Caetano) e coordenador do Observatório da Educação do Grande ABC, Paulo Sérgio Garcia, o resultado pode ser atribuído a questões socioeconômicas. Mas ele sinaliza também para outros problemas diretamente relacionados às instituições de ensino e ao projeto acadêmico. “Falta infraestrutura nas escolas. Além disso, a gente tem ausência de formação para professores alfabetizadores, com capacitação desses profissionais”, exemplifica o especialista, ao pedir políticas públicas com continuidade efetiva no sistema de Educação. “Em qualquer outro país onde o governo tivesse esse resultado pífio numa avaliação como essa, com certeza os governantes já teriam sido retirados do poder.”

Para pais e mães de crianças que vivem o problema da deficiência do ensino, a mudança do sistema é o passo inicial para que esse cenário se reverta. “Desde que separei do meu marido, minha filha tem encontrado dificuldade na escola. Isso em questão de leitura e escrita. Mas vejo que falta incentivo da escola também, um apoio de projeto pedagógico para que ela consiga se desenvolver”, relata Cecília (nome fictício), mãe de uma menina de 8 anos que estuda na rede pública de Diadema e apresenta proficiência baixa nos itens avaliados pela ANA.

Segundo a Prefeitura de Mauá, para reverter os indicadores negativos, o município está investindo em programas de formação para professores e educadores. Demais municípios e o governo do Estado não especificaram ações para reverter este cenário.

MEC prevê mudanças para reverter estagnação

Com o objetivo de combater a estagnação dos baixos índices registrados pela ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização), o MEC (Ministério da Educação) lançou, no mês passado, a Política Nacional de Alfabetização. Trata-se de conjunto de iniciativas que envolvem a Base Nacional Comum Curricular, a formação de professores, o protagonismo das redes e o Programa Nacional do Livro Didático.

“A principal iniciativa da Política Nacional de Alfabetização é um programa de apoio aos Estados e municípios, às turmas do primeiro e segundo anos, com materiais didáticos de apoio, de acordo com

a escolha dos Estados e municípios, com apoio para o professor assistente e formação continuada”, explicou a ministra substituta do MEC, Maria Helena Guimarães.

Segundo ela, a medida se mostra necessária ao avaliar que as políticas desenvolvidas até o momento não produziram resultados efetivos. “A mesma situação de insuficiência dos resultados observados em 2014 são repetidos em 2016.”

Comentários

Atenção! Os comentários do site são via Facebook. Lembre-se de que o comentário é de inteira responsabilidade do autor e não expressa a opinião do jornal. Comentários que violem a lei, a moral e os bons costumes ou violem direitos de terceiros poderão ser denunciados pelos usuários e sua conta poderá ser banida.